

1 ATA DA XVIII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS
2 HÍDRICOS – CNRH
3

4 **Abertura** - Às dez horas do dia três de março de 2006, no Auditório 1 do IBAMA Sede - Brasília/DF,
5 instalou-se a XVIII Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. O Sr.
6 João Bosco Senra (SRH/MMA), Secretário Executivo do CNRH, iniciou os trabalhos desejando um bom
7 dia e externando a sua satisfação em receber a todos. Com a mesa já composta para o desenvolvimento
8 das atividades, informou que havia quorum para o início dos trabalhos deliberativos. Esclareceu que o
9 horário dessa reunião havia sido planejado para ser imediatamente anterior à cerimônia de lançamento do
10 Plano Nacional de Recursos Hídricos, mas que, em decorrência de alteração solicitada pelo cerimonial do
11 Palácio do Planalto, houvera mudança no horário do evento para o período da tarde, às 15h00. Dando
12 prosseguimentos às atividades, o Sr. João Bosco Senra solicitou ao Sr. Luiz Cláudio Figueiredo
13 (SRH/MMA) que fizesse a leitura dos informes e dos procedimentos regimentais para essa reunião. Após
14 a referida leitura, foi apresentado o novo conselheiro do CNRH: Sr. André da Costa Misi, Conselheiro
15 Suplente, indicado pelo Ministério das Relações Exteriores. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)
16 declarou empossado o novo conselheiro, saudando-o e desejando-lhe boas vindas. A seguir, informou a
17 existência de um requerimento de urgência, devidamente assinado, relativo à proposta de moção discutida
18 na 83ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, realizada no último dia 20
19 de fevereiro, na qual seriam solicitadas alterações do Decreto nº 4.613, de 2003, no que se refere à
20 ampliação da composição do CNRH. Tendo lido os termos do requerimento, submeteu-o à aprovação do
21 Plenário, o que ocorreu. Portanto, o Sr. João Bosco Senra (MMA/SRH) solicitou que o Sr. Luiz Cláudio
22 Figueiredo (SRH/MMA) lesse a nova Ordem do Dia: Item 1 - Aprovação da Ata da XVII Reunião
23 Extraordinária do CNRH; Item 2 - Deliberação sobre proposta de moção que solicita alteração do Decreto
24 nº 4.613, de 2003, no que se refere à composição do CNRH. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)
25 submeteu então ao Plenário a nova ordem do dia, a qual foi aprovada. Dando continuidade aos trabalhos,
26 passou ao **Item 1: Aprovação da Ata da XVII Reunião Extraordinária do CNRH.** A Conselheira Ninon
27 Machado (ONGs) cumprimentou a Secretaria Executiva pela elaboração da Ata e propôs uma alteração,
28 que foi incorporada. Não havendo mais manifestações, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) colocou a
29 aprovação da ata em votação, o que ocorreu com o acréscimo sugerido. Em seguida, passou ao **Item 2:**
30 ***Deliberação sobre proposta de moção que solicita alteração do Decreto nº 4.613, de 2003, no que se***
31 ***refere à composição do CNRH.*** O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) convidou o Conselheiro Julio
32 Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, para encaminhar a matéria. O Conselheiro
33 cumprimentou a todos e em seguida caracterizou o assunto em discussão como de extrema importância
34 para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Contextualizou a alteração proposta
35 como o terceiro arranjo na composição do CNRH. Citou a primeira composição, configurada no Decreto
36 nº 2.612, de 1998, que contemplava a participação de 29 membros, caracterizando-a como adequada para
37 o primeiro momento de sua implementação; fez então referência à composição atual, advinda do Decreto
38 nº 4.613, de 2003, que havia sido desenhada com o objetivo de ampliar a participação dos segmentos da
39 sociedade e também de outros órgãos do governo, dobrando o número de membros, mas mantendo a
40 maioria absoluta de representantes com o Governo Federal; e, por fim, apresentou a atual proposta
41 (**Anexo I**), construída no âmbito do Ministério do Meio Ambiente para, em seguida, ser amplamente
42 discutida na CTIL. Conforme essa proposta, prosseguiu, ocorreria a ampliação da participação no CNRH
43 dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – CERHs, dos segmentos dos usuários e também das
44 organizações civis de recursos hídricos, com a criação de 12 vagas, sendo 4 para cada um deles. Ressaltou
45 que as maiores inovações seriam a diminuição percentual da participação dos representantes do Governo
46 Federal e a criação de exigência visando tornar efetivo o funcionamento dos Conselhos Estaduais de
47 Recursos Hídricos. Em sua explanação, destacou que, nesses últimos seis meses, havia ocorrido vários
48 acontecimentos importantes para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos
49 Hídricos - SINGREH, como a aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos; a aprovação da Lei de
50 cobrança do Estado de São Paulo; o aperfeiçoamento da Lei de recursos hídricos da Bahia, com a
51 inclusão da figura dos comitês de bacia; acrescentando, ao final, em sendo aprovada e incorporada ao
52 decreto, essa proposta de mudança da composição do CNRH. Finalizou informando que, após amplo e
53 profícuo debate, a referida proposta de moção havia sido encaminhada com o parecer favorável para
54 aprovação de todos os membros da CTIL. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) colocou então o assunto
55 em discussão. A Conselheira Ninon Machado (ONGs) expôs a sua preocupação com a participação dos
56 Conselhos Estaduais, tendo em vista sua legitimação na medida em que de direito e de fato estiverem em
57 atividade e demonstrarem efetivo interesse em participar do CNRH. Procedendo a uma verificação do
58 quorum no Plenário, constatou a baixa participação dos representantes desse segmento e reforçou a
59 importância de que ela se tornasse mais efetiva. Prosseguiu expondo sua preocupação com a cláusula de

barreira de cinco anos referente ao tempo de existência das ONGs. Expôs que tal preocupação se remetia especialmente ao caso dos indígenas e comunidades tradicionais, que poderiam ter atuação em recursos hídricos, mas não possuíam tempo suficiente de organização legal. Tendo isso em vista, sugeriu a diminuição da cláusula de barreira para três anos e a inclusão de outra de comprovação de trabalho efetivo na área de recursos hídricos. Lembrou que os elementos necessários a essa comprovação seriam analisados primeiramente no âmbito da Secretaria Executiva do CNRH, no processo de credenciamento, cabendo ainda recurso à assembléia deliberativa do segmento. Tendo apresentado sua proposta, encerrou solicitando ao Plenário a inclusão de uma emenda na proposta de Moção e no decreto, de modo a possibilitar a habilitação das populações indígenas, quilombolas e demais entidades que pudessem comprovar efetivo trabalho nos assuntos afetos ao SINGREH. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) esclareceu que a proposta em discussão tratava-se de uma moção que, uma vez acatada, implicaria em um decreto de alteração, com desdobramentos no Regimento Interno do CNRH e sua Resolução nº 14, sendo que esta última faria referência ao tempo de dois anos para a comprovação das atividades. Passou então a palavra à Conselheira Cristina Yuan (Indústria) que solicitou o registro da preocupação de seu segmento com o aumento do número de membros do Conselho, justificada pela dificuldade de quorum para a realização das reuniões. Indicou esta mesma reunião do CNRH, assim como as do CONAMA, composto por 103 conselheiros, como exemplo dessa crescente dificuldade de funcionamento dos colegiados. Apesar dessas observações, parabenizou a iniciativa do Governo em empreender uma modificação na qual abriria mão de deter a maioria absoluta de representantes no CNRH, uma evolução significativa na gestão participativa dos recursos hídricos. Em relação ao texto da proposta de Moção, apresentou suas dúvidas relativas ao Anexo, quais sejam: no Item 1, sobre os CERHs, questionou se em 2007 haveria a necessidade da comprovação das duas reuniões de 2006 e se, caso não houvesse o seu cumprimento tanto pelo titular quanto pelo suplente, ocorreria a subtração de um dos votos dos Conselhos Estaduais. Tendo sido confirmado que o funcionamento seria conforme o seu entendimento exposto, chamou a atenção do Plenário para a atual situação de estruturação de vários CERHs que, prosseguiu, embora viessem tentando se reunir, teriam suas expectativas frustradas inclusive por falta de quorum. Já no Item 3, questionou se a exigência de cinco anos seria apenas para o quesito existência legal ou se também recairia sobre o quesito atuação na área de recursos hídricos, questão que, segundo expôs, não teria ficado clara na redação. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) registrou a chegada de mais conselheiros representantes dos CERHs e passou a palavra ao Conselheiro Byron Costa (Ministério da Justiça). O Conselheiro cumprimentou o colegiado pela discussão da proposta de Moção, classificando a ampliação proposta como um reforço da participação da sociedade nos debates das questões públicas. Também chamou a atenção para a questão da representação indígena, enfatizando que seria muito difícil encontrar alguma organização civil constituída por indígenas e que comprovasse atuação em recursos hídricos, embora, enfatizou, fosse do conhecimento de todos que as atividades indígenas manteriam estreita relação com o uso dos recursos naturais, destacadamente a água. Sugeriu que, na proposta de Moção, fosse feita uma ressalva quanto a esse aspecto, tanto para os indígenas como para as comunidades tradicionais, de modo a permitir a sua habilitação no processo eletivo para o CNRH. Fazendo uso da palavra, o Conselheiro Eduardo Madeira (Ministério das Minas e Energia) destacou que considerava o assunto de extrema relevância e ponderou que a sua entrada na pauta em regime de urgência não teria permitido as devidas consultas internas necessárias para a tomada de decisão. Declarou ainda que, em razão do exposto, votaria contrariamente à Moção. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) explicou que o assunto havia entrado em pauta em regime de urgência em virtude do processo eleitoral para a renovação do Conselho, já iniciado neste mês de março, destacando ainda o seu debate prévio no âmbito da CTIL. Acrescentou que, caso a Moção fosse aprovada e o decreto de alteração publicado antes de abril, certamente haveria influências no processo eleitoral em andamento. Passou então a palavra ao Conselheiro Julio Thadeu Ketthelhut (SRH/MMA), que iniciou sua fala adicionando aos importantes eventos por ele supracitados a implantação da cobrança pelo uso da água no Comitê dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Com relação às colocações da Conselheira Cristina Yuan (Indústria), ponderou que a regra de comprovação do funcionamento regular dos CERHs não deveria ser considerada uma penalidade, mas um instrumento de motivação ao seu funcionamento. Destacou que as consequências da implementação dessa regra precisariam ser observadas para uma avaliação do efetivo cumprimento do papel para o qual fora prevista. Quanto à exigida comprovação nas atividades em recursos hídricos, o Conselheiro esclareceu que a Resolução CNRH Nº 14 a previa em dois anos, podendo haver comprovação por meio do Estatuto da entidade ou do envio de materiais alusivos a eventos e trabalhos realizados. Explicou que a Secretaria Executiva recebia e avaliava previamente a documentação encaminhada pelos interessados, mas que a decisão final caberia à Assembléia de cada segmento. Referindo-se às colocações do Conselheiro Eduardo Madeira (Ministério de Minas e Energia), o Conselheiro Julio Thadeu Ketthelhut (SRH/MMA) acrescentou que o Ministério de Minas e Energia seria um integrante da CTIL e que, além disso, vários procedimentos adicionais

teriam sido adotados para que a difusão da informação. Encerrou dizendo que a ampliação da participação dos segmentos no Conselho reforçaria a parceria entre os vários entes do SINGREH, aspecto fundamental para a implementação da Política Nacional. A Conselheira Ninon Machado (ONGs) propôs que, na cláusula de barreira trazida no Item 3 do Anexo, sub-item sobre as ONGs, fosse enfatizada a questão do efetivo trabalho na área de recursos hídricos e ainda, que o tempo de registro legal fosse diminuído para três anos. Justificou essa solicitação dizendo que muitos grupos atuantes demoravam a se formalizar em decorrência dos custos envolvidos com o procedimento. Aproveitou para informar que já existiriam organizações civis constituídas por indígenas, bem como da participação desse segmento em outros fóruns instituídos pelo poder público. O Conselheiro Jairo Lousa (Irrigantes) também mencionou a baixa frequência dos representantes dos CERHs no CNRH. Defendeu que o Conselho deveria ter um *marketing* nacional à altura de sua importância na Política Nacional de Recursos Hídricos. Encerrou sua intervenção destacando que, apesar das dificuldades, um importante instrumento de disseminação das atividades do CNRH seria a realização de reuniões de Câmaras Técnicas e do próprio Plenário nas diversas regiões do País. A Conselheira Patrícia Boson (Indústria) iniciou sua fala solicitando que a importância dessa proposta de ampliação da composição do CNRH e o fator oportunidade associado a ela não fossem subestimados em razão de problemas menores. Enfatizou que tal iniciativa trazia como mudança fundamental a diminuição do percentual de representação do Governo Federal no CNRH. Quanto à urgência na apreciação da matéria, acrescentou que o assunto havia sido largamente debatido na CTIL e que, caso esse debate fosse prorrogado, o Conselho poderia perder a oportunidade do encaminhamento da decorrente alteração do Decreto nº 4.613, de 2003. Prosseguiu chamando a atenção para alguns aspectos da proposta de Moção que considerou importantes de serem debatidos: se, para o caso dos CERHs, quando tanto o titular quanto o suplente não cumprissem repetidamente o pré-requisito estabelecido, a condição de voto ficaria inviabilizada pelos três anos de mandato; e, vendo por outro lado, também destacou a possibilidade da situação na qual tanto o titular quanto o suplente cumprissem os requisitos, impondo ao segundo uma participação secundária; finalizando, questionou se as regras previstas nessa moção diferiam das que estariam regendo o processo eleitoral em andamento e, em caso afirmativo, se estas últimas poderiam ser alteradas após o início do processo. Em caso de haver possibilidade de mudança nas regras, sugeriu que fosse incluída cláusula referente ao tempo de funcionamento dos consórcios intermunicipais. Referindo-se à questão dos CERHs, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) indicou, como uma saída possível, que o segmento definisse os seus quatorze titulares e uma ordem única de suplência. Também acrescentou que, no Item 1 do Anexo, seria importante rever-se a determinação de que os suplentes sejam de Estados distintos dos titulares, adicionando o termo “preferencialmente”. O Conselheiro Flávio Neiva (Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica) solicitou que no Item 3 do Anexo fosse adicionado o termo “nacionais” após organizações não governamentais ou ainda, que o tempo de existência fosse caracterizado como “tempo de existência legal no Brasil”. O Conselheiro José Nilson Beserra (Organizações técnicas e de ensino e pesquisa) declarou seu posicionamento favorável às mudanças introduzidas, inclusive a possibilidade da lista única de suplência para os CERHs, mas juntou-se à Conselheira Patrícia Boson (Indústria) quanto à mudança de regras no meio do processo de renovação em andamento. Solicitou também que a cada votação fosse avaliado se a proposta em questão representaria ou não uma alteração das regras vigentes para o processo eleitoral em andamento. Em resposta, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) disse que, excluindo-se a cláusula que determina que o suplente seja de Estado diferente do titular, a Assembléia do segmento dos CERHs teria soberania para definir a forma de escolha. Quanto à primeira questão suscitada, esclareceu que uma fórmula para impedir a perda dos votos dos CERHs seria a existência de uma lista de suplência única, como nas Câmaras Técnicas. Em relação a possíveis influências das alterações no processo eleitoral já iniciado, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) expôs que, dependendo da data de publicação do decreto, seria possível uma retificação do Edital, incorporando-as. A Conselheira Cristina Yuan (Indústria) considerou pertinente a adição do termo “preferencialmente”, proposta no Anexo, Item 1, mas ponderou que a lista única de suplência seria pouco operacional e defendeu a necessidade da existência de um suplente para cada titular, como no caso dos outros segmentos. Considerou que, para os CERHs, no caso da exigência de duas reuniões por ano, ela deveria surtir efeito de suspensão do voto apenas no primeiro ano subsequente e ainda, que a recorrência do não atendimento deveria implicar em exclusão do CNRH. Sugeriu, ainda, que uma lista única fosse utilizada para o preenchimento das vagas decorrentes da regra em questão. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) fez uma distinção entre os dois tipos de suplência: uma, organizada por meio de uma lista única, com a função de substituir os CERHs, comparável à lista de suplência das Câmaras Técnicas; outra, que seria a definição do conselheiro suplente referente a cada titular. Concluindo, indicou que ambas as sugestões seriam encaminhadas para a Assembléia do segmento, por se constituírem em matéria de sua soberania. Quanto à salvaguarda sugerida para o caso dos povos indígenas e comunidades tradicionais, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA), observando consenso do Plenário em

torno da proposta apresentada, solicitou ao Conselheiro Byron Costa (Ministério da Justiça) que propusesse uma redação junto à Secretaria Executiva do CNRH. Em prosseguimento, elencou as propostas recebidas e colocou o texto da Moção em votação, ressaltando os destaques. A Moção foi então aprovada, contando com apenas um voto contrário, do Conselheiro Eduardo Madeira (Ministério de Minas e Energia). Seguiu-se com a discussão dos destaques. O primeiro a ser analisado foi a adição do termo “preferencialmente” no Item 1 do Anexo, que foi aprovado. O segundo, referente ao Item 3 do Anexo, foi a adição do termo “nacionais” após “organizações não-governamentais”. Após as discussões, foi consenso a adição do termo “brasileiras”, que foi aprovada. Por fim, foi analisado o destaque ao Item 3 do Anexo 1, no que se refere à redução da exigência de tempo de existência legal das ONGs, de cinco para três anos. A proposta foi aprovada com três votos contrários, da Conselheira Patrícia Boson (Indústria), da Conselheira Cristina Yuan (Indústria) e do Conselheiro Jairo Lousa (Irrigantes). A forma final da Moção ficou conforme **Anexo II**. Passou-se então aos **Informes**. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) colocou os conselheiros a par do andamento do processo de escolha dos novos representantes no CNRH, para o triênio 2006-2009, dos segmentos dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos. Ressaltou que o processo eletivo para os CERHs não fazia parte do Edital publicado e seria iniciado em breve. Solicitou aos segmentos envolvidos o empenho na divulgação desse processo. Enfatizou que toda a documentação referente teria sido enviada por meio eletrônico, estando também disponível na página do CNRH na *internet*. A Conselheira Ninon Machado (ONGs), em consonância com a Moção CNRH nº 34, de 18 de julho de 2005, conclamou os conselheiros a se empenharem para participação no IV Fórum Mundial da Água, efetivando-se uma representação a mais significativa possível para o País.. Enfatizou a importância de uma maior adesão dos segmentos usuários, em especial da indústria. Finalizou solicitando auxílio nas questões consulares. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) informou que o Ministério das Relações Exteriores estaria empenhado-se em auxiliar nessas questões e que o Conselheiro André Misi (Ministério das Relações Exteriores) seria o responsável em prestar essa assessoria. Portanto, solicitou que os interessados se manifestassem o mais rápido possível quanto aos vistos, por conta dos prazos necessários para a sua viabilização. Sobre o Fórum, informou a previsão de duas mesas sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Brasil: uma, sobre a gestão integrada de recursos hídricos na elaboração de planos e, outra, especificamente sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Conselheiro Manfredo Cardoso (CERH-BA) trouxe notícia sobre a instituição dos comitês de bacia hidrográfica na lei de recursos hídricos na Bahia. Informou que, em decorrência disso, já havia sido aprovada a constituição de cinco comitês no âmbito do Estado, com a posse dos seus membros prevista para a Semana da Água, em março. Por fim, informou da instituição, no âmbito do Estado, da cobrança pelo uso da água para as prestadoras de serviço público de abastecimento, num sistema que caracterizou como semelhante ao estabelecido no Ceará, tendo sido estabelecido um custo de R\$0,02 por metro cúbico. O Conselheiro Julio Thadeu Ketthelhut (SRH/MMA) transmitiu a palavra ao Sr. Alberto Palombo, para informes a respeito do IV Fórum Mundial da Água. O Sr. Alberto Palombo cumprimentou a todos e informou que o processo de inscrição disponível no endereço eletrônico do IV Fórum Mundial de Água gerava uma carta de creditação que estabeleceria uma certa preferência na concessão do visto para o México. A Conselheira Patrícia Boson (Indústria) registrou com pesar a desatenção com o setor empresarial na elaboração da programação do IV Fórum Mundial da Água. Acrescentou que o setor avaliava que teria muito trabalho para mostrar, mas que, infelizmente, apesar da sua efetiva participação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, o segmento teria sido alijado do Fórum. Em face do lançamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos, solicitou registro do avanço por ele trazido, incluindo em sua avaliação o sucesso do processo de sua aprovação que, prosseguiu, não obstante o teor e o volume do trabalho, ocorrera em uma única sessão plenária deste Conselho. Dito isso, teceu comparação com o processo de aprovação da Resolução do CONAMA referente às áreas de preservação permanente – APPs, a qual, disse, mesmo se constituindo num trabalho infinitamente menor, teria custado cinco reuniões para ser aprovada. Prosseguiu creditando essa situação às características próprias do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e considerou que ele deveria ser reavaliado à luz das experiências do SINGREH o qual, diferentemente daquele, se caracterizaria por um respeito ao princípio da subsidiariedade. Finalizou parabenizando o Secretário Executivo do Conselho, Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA), e a todos os conselheiros por esse sucesso e também pela iniciativa de alteração da composição do Conselho, há muito tempo requerida pelos setores da sociedade civil. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA), referindo-se à participação dos usuários no IV Fórum do México, informou que uma solicitação nesse sentido já fora encaminhada à coordenação do evento, havendo a possibilidade de acontecer uma mesa de debates nos moldes propostos pelo segmento industrial. Agradeceu ainda a presença de todos e reforçou o convite para participação na cerimônia de lançamento do Plano Nacional, no período da tarde deste mesmo dia três de março. Solicitou aos conselheiros que, em atendimento à decisão tomada na última reunião plenária, assinassem ao final do

evento um volume do PNRH, para registro histórico. Disse que, após a primeira edição de 300 volumes comemorativa de lançamento do PNRH, se seguiria uma segunda, produto de um processo de revisão mais apurado. Informou que, acatando uma sugestão da Consultoria Jurídica do MMA, fora incluído no texto da Resolução CNRH nº 58 um artigo indicando que o Plano ficaria disponível em meio digital na página <http://pnrh.cnrh-srh.gov.br>. **Encerramento** - Finalizou agradecendo e parabenizando o empenho de todos os envolvidos no processo de construção do Plano e reforçando o convite para a cerimônia de seu lançamento, às 15h00 deste dia três de março, no Palácio do Planalto. Em seguida, às 11h50, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) deu por encerrada a XVIII Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e disse que, uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata seria assinada por ele, Secretário Executivo do CNRH, e pela Ministra Marina Silva, presidente do CNRH.

Ata aprovada na XVIII Reunião Extraordinária do CNRH, realizada em 02 de junho de 2006.

Marina Silva

Presidente

João Bosco Senra

Secretário Executivo